

Certificação Brasileira de Privacidade

Corpo de Conhecimento para a Certificação do exame LGPD em apoio ao
Encarregado de Proteção de Dados (DPO) Brasil (CDPO/BR™)



I. Introdução à Privacidade Proteção de Dados no Brasil

A. Panorama Legislativo

1. Privacidade e Proteção de dados como um direito fundamental
 - a. Constituição Federal
 - b. Código Civil
2. Privacidade, Proteção de Dados e outros direitos
 - a. Liberdade de expressão
 - b. Acesso à informação
 - c. Inviolabilidade da intimidade
 - d. Honra e imagem
 - e. Sigilo das telecomunicações
 - f. Interesse público
 - g. Propriedade intelectual
3. Panorama jurídico antes da LGPD: regime de legislação setorial
4. Mudança para uma Lei Geral de Proteção de Dados: sistema legal da União Europeia e a LGPD
 - a. Distinção entre Privacidade e Proteção de Dados

II. A Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira (LGPD)

A. Princípios de Processamento de Dados

1. Finalidade, Adequação e Necessidade
2. Livre Acesso, Qualidade dos Dados e Transparência
3. Segurança e Prevenção
4. Responsabilização e Prestação de Contas
5. Não discriminação

B. Conceitos de Proteção de Dados

1. Dados Pessoais
2. Dados Pessoais Sensíveis
3. Dados pseudonimizados e anonimizados

4. Tratamento
5. Titular de dados
6. Controlador
7. Operador
8. Encarregado (DPO)

C. Escopo de aplicação

1. Escopo Material
 - a. Digital x Físico
2. Escopo Territorial
3. Limitações
 - a. Tratamento por pessoa natural, exclusivamente para fins privados e não econômicos
 - b. Fins jornalísticos e artísticos
 - c. Acadêmico e pesquisa
 - d. Segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais;

D. Bases Legais para o Tratamento de Dados Pessoais

1. Consentimento
2. Execução de Contrato
3. Obrigações Legais ou Regulatórias
4. Ações judiciais e arbitragem
5. Proteção da vida ou da incolumidade física
6. Proteção à saúde
7. Fins de pesquisa
8. Legítimo interesse
9. Administração Pública
10. Proteção ao Crédito
11. Dados públicos
12. Crianças e adolescentes
13. Dados Pessoais Sensíveis
 - a. Prevenção à fraude e segurança do titular de dados: dados biométricos
 - b. Limitações no compartilhamento de dados

E. Direitos do Titular de Dados

1. Confirmação e Acesso
 - a. Código de Defesa do Consumidor
 - b. Habeas data
 - c. Lei de Acesso à Informação
2. Correção
3. Exclusão
 - a. Marco Civil da Internet e Código de Defesa do Consumidor
 - b. Exclusão no âmbito do direito ao esquecimento
4. Restrição e objeção
 - a. Autorregulamentação de e-mail marketing

- b. Sistemas opt-in, soft-opt-in e opt-out
5. Revisão de decisões automatizadas
6. Portabilidade de dados
7. Direito de revogar o consentimento
8. Transparência
9. Direito de ser informado

F. Transferência Internacional de dados

1. Definição de transferência nacional e internacional de dados
2. Decisão de adequação ou autorização
3. Cooperação Internacional e Acordos Bilaterais
4. Cláusulas Contratuais Padrão
5. Cláusulas Contratuais
6. Normas Corporativas Globais
7. Selos, certificados e código de conduta
8. Derrogações

G. Prestação de Contas

1. Registro de Tratamento
2. Compartilhamento de dados e Contratos: controladores e operadores
 - a. Co-controladores
 - b. Controladores independentes
 - c. Operadores e Controladores
3. Encarregado (DPO)
4. Privacy by Design and by Default
5. Políticas corporativas de Privacidade
6. Avisos de Privacidade
7. Retenção de dados
8. Avaliação de risco: Avaliação de Impacto à Proteção de Dados Pessoais
9. Incidentes de segurança e de dados
 - a. Requisitos de segurança
 - b. Notificação de incidentes à Autoridade de Proteção de Dados e indivíduos
 - c. Outras obrigações de notificação

H. Supervisão e Fiscalização

1. Sanções Administrativas
 - a. Entidades fiscalizadoras
 - b. Sanções
2. Ações individuais e coletivas
 - a. Regime de responsabilidade
3. Fiscalização e cooperação entre a ANPD, Ministério Público, Entidades de Defesa do Consumidor, CADE e Agências Reguladoras

III. Legislação setorial e conformidade com a LGPD

A. Governo

1. Estratégia Nacional de Segurança Cibernética
2. Lei do Habeas Data e Lei de Acesso à Informação
3. Serviços em nuvem (Cloud)
4. Vigilância

B. Criminal

1. LGPD: Registros criminais
2. Banco de dados genéticos de condenados por crime
3. Interceptação telefônica e metadados
4. Lei Carolina Dieckmann

C. Aplicações de Internet (Aplicativos) e Marketing Eletrônico

1. Retenção de dados
2. Marco Civil da Internet / Lei de Telecomunicações: Obrigações de retenção e divulgação
3. Padrões de seguranças
4. Autorregulação de e-mail marketing

D. Proteção à Criança

1. Estatuto da Criança e do Adolescente
2. LGPD

E. Relação de Emprego

1. Não discriminação no recrutamento
2. *Background check*
3. Atividades de monitoramento
4. Investigações de compliance
5. Iniciativas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI)

F. Saúde

1. Limitações de compartilhamento de dados - LGPD
2. Sigilo entre médico-paciente
3. Retenção de Registros Médicos
4. Requisitos de segurança em prontuários eletrônicos
5. Pesquisa clínica

G. Bancos e Instituições Financeiras

1. Lei de Sigilo Bancário
2. Lei do Cadastro Positivo
3. Código de Defesa do Consumidor
4. Obrigações de cibersegurança
 - a. Regulação do Banco Central sobre segurança cibernética
 - b. Contas eletrônicas
5. Open Banking

H. Sigilo Profissional